

Assunto: Lançamento da Revista do Centro de Estudos Judiciários do TJPE	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Viver	Seção: João Alberto
Página: C3	Data: 27/03/2015

DIÁRIOdePERNAMBUCO

Judiciário

O Centro de Estudos Judiciários do Tribunal de Justiça de Pernambuco, presidido pelo desembargador Jones Figueirêdo, lança o quinto volume da sua revista jurídica. Traz ensaios de Frederico Neves, Sílvio Romero Beltrão, Jones Figueirêdo e dos ministros Antônio Herman Benjamin e Luiz Fux.

Assunto: Decisão do STF obrigará governo a pagar mais de R\$ 100 mil	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Economia	Seção:
Página: 1	Data: 27/03/2015



Decisão do STF obrigará Governo a pagar mais de R\$ 100 mi

Estado terá que dobrar precatório pago no ano

Folha resume

Governo deve R\$ 520,47 milhões em precatórios. Ao todo, são 643 débitos. O maior deles é da Associação dos Delegados de Polícia do Estado, que soma R\$ 268,25 milhões. Dos municípios pernambucanos, 66 são devedores, segundo informações do Tribunal de Justiça.

■ **DECISÃO** do STF reduziu de 15 para cinco anos o prazo para pagamento de dívidas judiciais de Estados e municípios

MARIAMA CORREIA

O valor do parcelamento dos precatórios estaduais vai duplicar no próximo ano. É o que calcula o Tribunal da Justiça de Pernambuco (TJPE), depois da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de abreviar o prazo dos pagamentos dos precatórios (dívidas judiciais do poder público) para 2020. Antes da nova regra era possível protelar a quitação por 15 anos. Agora, os R\$ 520,47 milhões devidos por Pernambuco até 31 de janeiro deste ano, terão que ser zerados em cinco anos, um peso a mais nas contas públicas.

“O Estado pagava aproximadamente R\$ 50 milhões por ano pelas dívidas. Com o reajuste, a parcela vai superar R\$ 100 milhões anuais”, calculou a juíza do TJPE, Ana Cláudia Brandão. Além da redução do prazo, a mudança no índice de correção também contribuiu para elevar a dívida pública. “Antes o valor era corrigido pelo índice da poupança que é a Taxa Referencial (TR), um reajuste baixo. Agora passa a vigorar o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), que é vinculado à inflação”, explicou a jurista. O im-

pacto deve ser sentido a partir de 2016, uma vez que o Estado já pagou aproximadamente R\$ 42 milhões pela parcela deste ano. A Procuradoria Geral do Estado reconhece o aumento significativo, mas diz que o Governo ainda “não concluiu os efeitos sobre as finanças públicas estaduais.”

Segundo o TJPE, somente na conta estadual existem 643 precatórios, cada um deles envolvendo um ou mais credores. O maior deles é o da Associação dos Delegados de Polícia de Pernambuco, que envolve 942 credores e uma dívida de R\$ 268,25 milhões. Em Pernambuco são 66 municípios devedores. A Prefeitura do Recife foi procurada para comentar os impactos das novas regras, mas não se pronunciou até o encerramento desta edição.

Apesar de onerar as contas públicas, a mudança representa uma tentativa de conciliar interesses, na avaliação do advogado tributarista e diretor jurídico do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de Pernambuco (Sescap-PE), Ivo Barboza. “É uma forma de oferecer um prazo extra para o poder público, sem ter que submeter o credor a 15 anos de espera pelo pagamento”, opinou.

Assunto: Lançamento da Revista do Centro de Estudos Judiciários do TJPE	
Veículo: joãoalberto.com	Data: 27/03/2015
Editoria:	Seção:



Judiciário: O Centro de Estudos Judiciários do Tribunal de Justiça de Pernambuco, presidido pelo desembargador Jones Figueirêdo, lança o quinto volume da sua revista jurídica. Traz ensaios de Frederico Neves, Sílvio Romero Beltrão, Jones Figueirêdo e dos ministros Antônio Herman Benjamin e Luiz Fux.

Assunto: Estado terá que dobrar precatório pago no ano	
Veículo: folhape	Data: 27/03/2015
Editoria:	Seção:



Estado terá que dobrar precatório pago no ano

Governo pagava R\$ 50 milhões por ano; agora, parcela vai superar R\$ 100 mi

O valor do parcelamento dos precatórios estaduais vai duplicar no próximo ano. É o que calcula o Tribunal da Justiça de Pernambuco (TJPE), depois da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de abreviar o prazo dos pagamentos dos precatórios (dívidas judiciais do poder público) para 2020. Antes da nova regra era possível protelar a quitação por 15 anos. Agora, os R\$ 520,47 milhões devidos por Pernambuco até 31 de janeiro deste ano, terão que ser zerados em cinco anos, um peso a mais nas contas públicas.

“O Estado pagava aproximadamente R\$ 50 milhões por ano pelas dívidas. Com o reajuste, a parcela vai superar R\$ 100 milhões anuais”, calculou a juíza do TJPE, Ana Cláudia Brandão. Além da redução do prazo, a mudança no índice de correção também contribui para elevar a dívida pública. “Antes o valor era corrigido pelo índice da poupança que é a Taxa Referencial (TR), um reajuste baixo. Agora passa a vigorar o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), que é vinculado à inflação”, explicou a jurista. O impacto deve ser sentido a partir de 2016, uma vez que o Estado já pagou aproximadamente R\$ 42 milhões pela parcela deste ano. A Procuradoria Geral do Estado reconhece o aumento significativo, mas diz que o Governo ainda “não concluiu os efeitos sobre as finanças públicas estaduais.”

Segundo o TJPE, somente na conta estadual existem 643 precatórios, cada um deles envolvendo um ou mais credores. O maior deles é o da Associação dos Delegados de Polícia de Pernambuco, que envolve 942 credores e uma dívida de R\$ 268,25 milhões. Em Pernambuco são 66 municípios devedores. A Prefeitura do Recife foi procurada para comentar os impactos das novas regras, mas não se pronunciou até o encerramento desta edição.

Apesar de onerar as contas públicas, a mudança representa uma tentativa de conciliar interesses, na avaliação do advogado tributarista e diretor jurídico do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de Pernambuco (Sescap-PE), Ivo Barboza. “É uma forma de oferecer um prazo extra para o poder público, sem ter que submeter o credor a 15 anos de espera pelo para o pagamento”, opinou.

Assunto: Servidores do TJPE realizam manifestação em Petrolina, no Sertão	
Veículo: G1 Petrolina	Data: 27/03/2015
Editoria:	Seção:



Servidores do TJPE realizam manifestação em Petrolina, no Sertão

Servidores cobram implantação do plano de progressão de cargos. Manifestantes percorreram ruas e avenidas do Centro da cidade.



Os servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em Petrolina, no Sertão pernambucano, realizaram nesta quinta-feira (26), uma passeata para cobrar a implantação do plano de progressão de cargos e carreiras. Com faixas, os servidores percorreram as principais ruas e avenidas do centro da cidade.

A representante do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Justiça em Petrolina Elânia Vasconcelos, reivindicou celeridade no processo. “Hoje o servidor do Estado de Pernambuco é o servidor que tem o menor salário do Brasil. Não é justo essa remuneração porque temos apenas o salário sem nenhum plano de progressão”, explica.

Os manifestantes encerraram o movimento em frente aos prédios do Tribunal de Justiça e do Fórum da cidade, onde deram as mãos e fizeram um círculo. Protestando contra a demora na implantação do plano de progressão, os manifestantes cruzam os braços em frente ao Fórum.



manifestantes cruzaram os braços em frente ao Fórum de Petrolina (Foto: Reprodução/ TV Grande Rio)

Assunto: Lançamento de publicação no Fórum Rodolfo Aureliano	
Veículo: joãoalberto.com	Data: 26/03/2015
Editoria:	Seção:



Lançamento: O professor Palhares Moreira Reis lança hoje, às 17h, no Fórum Rodolfo Aureliano o livro Processo administrativo disciplinar contra magistrado.